



verve

verve, única

## verve, única

*thiago rodrigues*

### O que abala

Atento aos modos de produzir e circular saberes e verdades na sociedade de controle, o Nu-Sol acompanhou, desde o início da década de 2000, a produção dos índices de qualificação de revistas e dos *rankings* de periódicos acadêmicos. Interessava ver como esses sistemas funcionavam, como atribuíam valores, como facilitavam ou interceptavam publicações; como estabeleciam padrões de internacionalização e fixavam modelos de excelência; como estimulavam a migração de revistas impressas no papel para os ambientes computo-informacionais e que novos periódicos surgissem já no formato digital. Interessava, também, compreender como adentrar esses fluxos eletrônicos, conhecendo-os e atravessando-os, assumindo que na sociedade de controle não há um *fora* a partir do qual se possa resistir, mas que, ao contrário, as lutas e resistências são múltiplas, velozes e se dão nos mesmos fluxos em que emergem táticas de governo, capturas e assujeitamentos.

*Thiago Rodrigues é pesquisador no Nu-Sol. Doutor em Ciências Sociais (Relações Internacionais) pela PUC-SP e professor no Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF).*



Para uma revista como **verve**, que *pratica e publica* anarquismos e abolicionismo penal voltada para as resistências no presente, interessava, portanto, enfrentar e problematizar os fluxos com suas avaliações e controles ininterruptos. Ao mesmo tempo, desde seu primeiro número, em 2002, **verve** passou por redimensionamentos propiciados pelas próprias experimentações com seus textos e imagens, no *aprender fazendo* autogestionário como é inventada a cada número. Foram acrescentados resumos e *abstracts* com suas palavras-chave, indicações de recebimento e confirmação para publicação, além de alterações na formatação, tipologia e número de páginas a fim de tornar a leitura mais direta e prazerosa. Após 12 números publicados, decidiu-se apresentar **verve** para avaliação do Scielo, visando adentrar esse banco de dados e, desse modo, ampliar seus percursos nos fluxos transterritoriais que engolfam as revistas acadêmicas.

Meses depois de enviada a documentação requerida pelo Scielo, foi recebido um *e-mail* com o parecer final endereçado ao então editor da **verve**, coordenador do Nu-Sol e professor livre-docente da PUC-SP, Edson Passetti. Na mensagem, informava-se que, para o Comitê Consultivo de Indexação, **verve** não “reúne os requisitos necessários para sua inclusão [no Scielo]”. Essa inadequação seria flagrante, segundo a mensagem, nos problemas de “formato e endogenia”, ou seja, haveria uma necessidade expressiva de adequações classificadas por eles como de *formato* (como a inclusão de sumário bilíngue ou do endereço de contato dos autores) e de problemas referentes à *endogenia* que, segundo os avaliadores, atingiria **verve** tanto no *corpo editorial*, quanto na relação de *pareceristas e autores* que apresentariam “concentração acima de 40% em uma



## verve

**verve**, única

mesma instituição e de 50% em um mesmo estado”. A partir dessa *constatação*, os avaliadores, exigiram: “o corpo de pareceristas precisa ser ampliado [...] o corpo de colaboradores também”.

A questão central da reprovação de **verve**, no entanto, ainda estava por vir. Nesse e-mail consta uma seção intitulada “Comentários” trazendo trechos dos pareceres. Nela, um dos avaliadores afirma, sem rodeios: “a revista deve se comprometer com a publicação acadêmica e não com o proselitismo”. E, mais adiante, depois de afirmar que “muitos artigos são textos clássicos sobre o anarquismo do século XIX”, *sentencia* que “a revista deveria ser mais pluralista”. Em resposta, Edson Passetti enviou o seguinte e-mail:

*aos pareceristas,*

*verve não se dedica a prosélitos. sugerimos a leitura da revista, pois o que ela mais faz é criticar proselitismos. ou estamos falando de quais prosélitos?*

*a revista não é pluralista porque não é liberal; considera a diversidade anarquista e abolicionista penal e não abrirá suas páginas para uma uniformização editorial de época chamada pluralismo.*

*para uma revista escancaradamente genealógica, a consideração a respeito do que é ou não ciência, em humanidades, é quase leviana, para não dizer opinativa.*

*gostaríamos que a revista fosse lida pelos seus propósitos e não pelas boas consciências de certos pareceristas escondidos no anonimato.*

*não nos interessa apresentar verve para esse tipo de parecerista que recusa a revista tal como ela é; é inaceitável que um*



*parecerista não tenha notado a crítica incômoda ao proselitismo anarquista, talvez por ele (ou ela?) estar contaminado (a?) de soberba cientificidade.*

*não temos interesse de mostrarmo-nos a pessoas que recusam olhar.*

A recusa no olhar impediu aos avaliadores ver o diferencial que marca a existência de **verve**. Além do enfrentamento constante dos proselitismos dentro do próprio anarquismo, afirmando um libertarismo único, **verve** compreende a produção de saberes como luta em que uns procuram sujeitar outros a fim de sustentar posições de verdade e poder. O Nu-Sol e sua **verve** problematizam esses embates no interior do próprio anarquismo e do abolicionismo penal, não fazendo propaganda de causa alguma, mas *lutando* as suas batalhas. Sua perspectiva genealógica, na companhia de Michel Foucault, possibilita, assim, notar a resposta *técnica* dos avaliadores do Scielo como um *ato de guerra* no combate constante da construção de verdades que autoriza alguns saberes diante da desqualificação de muitos outros. Ato político que defende os pluralismos de uma época conservadora e rechaça, com mal disfarçada virulência, o insuportável do fazer e pensar anarquista e abolicionista penal.

Os argumentos *técnicos*, portanto, são um pobre invólucro a esse juízo, pois se sabe impossíveis de serem incorporados. É claro que, *tecnicamente*, poderiam sê-lo, mas ao preço de moldar a revista ao que os indexadores e seus critérios consideram corretos e não àquilo que **verve** é como prática e experimentação. Desde seu primeiro número, **verve** publica textos históricos dos anarquistas, tanto do século XIX quanto do século XX, interessada no que de atual eles



**verve**, única

trazem para problematizações do presente (incluindo os anarquismos de hoje). Muitos desses textos – como os de Max Stirner (**verve** 1, 2, 3 e 4), William Godwin (**verve** 5) ou Pierre-Joseph Proudhon (**verve** 19) – foram publicados pela primeira vez no Brasil nas páginas de **verve**, sendo, na sua maioria, inéditos em português. Quem se dedicar a lê-los encontrará críticas incisivas às utopias, aos projetos de revolução totalizantes e autoritários, à moral do castigo e da punição e à pacificação da política e da vida em nome de forças e valores transcendentais: perspectivas que *abalam* muito dos anarquismos “clássicos”, como também, a moral conservadora, as bases da democracia contemporânea e as alternativas políticas de nosso tempo.

As edições de **verve** trouxeram, desde o início, resenhas de livros recentes – e, por vezes, antigos – que alimentam problematizações no agora; assim como manifestos, intervenções urgentes, cartas abertas e outros documentos voltados às lutas nas quais o Nu-Sol e seus interlocutores estejam envolvidos. As páginas de **verve** foram, também, espaço para artistas jovens e maduros, de hoje e de ontem, que vibram junto aos interesses políticos e de pesquisa: há poemas, fotografias, desenhos, garatujas, colagens, partituras, peças de teatro e gravuras que, de muitos modos, expressam o que é vivo. Em **verve** traduz-se artigos e ensaios de brasileiros e estrangeiros que aportam elementos para as análises que mobilizam e afoguem. Impressos na **verve**, surgem artigos derivados de pesquisas produzidas, desde a iniciação científica até a livre-docência, passando pelo mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Isso tudo, porém, não se adéqua ao que os indexadores classificam como *artigos científicos originais*. Esses padrões apartam arte e saber, problematização e pesquisa,



rigor e vigor. Afiliados, ainda, a um conceito de “ciência” associado a um empiricismo positivista, tais critérios não têm olhos para ver, disponibilidade para compreender ou honradez para respeitar a genealogia como método e da analítica como prática. É-lhes surpreendente ler um artigo derivado de pesquisa de doutorado ao lado de um poema do século XIX, ou de encontrar resultados de uma iniciação científica, pelas mãos de um jovem pesquisador, ao lado do ensaio de um emérito professor estrangeiro; é-lhes raro que partituras estejam publicadas para serem lidas e tocadas, junto de textos para serem lidos e tocados; é-lhes estranho que se lide com procedências e potências e não com fórmulas e universais. Surpreendente, rara, estranha: assim **verve** parece aos *pareceristas*; e assim ela é diante dos seus critérios e amarras.

Os pesquisadores no Nu-Sol, desde os que estão na graduação até os que trabalham em departamentos e programas de pós-graduação universitários, conhecem o atual estado das coisas; sabem quais são os critérios que avaliam suas universidades e lhes atribuem ou não bolsas e verbas, aprovações ou reprovações. Conhecem e reconhecem inimigos, adversários, aliados táticos, amigos. Não vivem, portanto, à parte do mundo, mas mergulham nesses fluxos praticando resistências e inventado espaços de liberdade onde trabalham. Sabem o que **verve** é nas suas vidas e nas de quem se interessa por liberações e resistências no presente. Assim, frente à decisão de enquadrar **verve** nos indexadores internacionais que redundariam em uma melhor classificação no *Qualis*, decidem por não fazê-lo. Decisão que é um *não afirmativo* atento aos riscos que traz consigo. Quem faz **verve** sabe e gosta da luta. Quem faz **verve** abala-se com ela. Isso *sim* interessa. Muito.



## O que só *impacta*

Os Programas de Pós-Graduação brasileiros avaliados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, passam a cada triênio por uma rigorosa inspeção que se dá a partir do preenchimento de formulários eletrônicos de um sistema chamado Coleta-CAPES. A cada ano, os Programas devem informar ao sistema dados como o número de dissertações e teses defendidas, a relação entre ingressantes e concluintes, o cumprimento dos prazos para conclusão e defesa dos trabalhos e a produção acadêmica de professores e alunos. Após três anos, os resultados anuais são totalizados e os Programas recebem notas de 01 a 07, sendo 03 a graduação mínima para manter uma pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento. Assim, Programas que recebam nota 02 são descredenciados pela CAPES, sendo proibidos de realizar novos processos seletivos, devendo, apenas, concluir as orientações em andamento.

Quanto maior a nota, mais prestígio acumula o Programa, o que repercute numa maior autonomia acadêmica e financeira, com o aumento do número de bolsas, de verbas para a organização de eventos e publicações, de linhas de fomento para pesquisas, além do apoio a viagens de professores e estudantes para congressos brasileiros e estrangeiros.

Dentre os quesitos da avaliação da CAPES, o da produção acadêmica docente e discente tem peso destacado, sobressaindo o item das *publicações* que podem ser artigos em periódicos científicos, artigos ou resumos em anais de eventos, capítulos de livros, organização de livros ou livros autorais. Dessas possibilidades de publicação, os



critérios da Coordenadoria têm valorizado a publicação em periódicos científicos conforme um *ranking* de revistas estabelecido, também a cada três anos, pelos representantes reunidos num dos Comitês de Área organizados pela CAPES. Esse *ranking*, intitulado *Qualis*, atribui conceitos aos periódicos submetidos à avaliação dos membros do Comitê, dividindo-os em três grupos (A, B e C), com subgradações (A1 e A2; B1, B2, B3, B4, B5 e C), sendo A1 a melhor posição e C a menos qualificada. Desse modo, tem contado muito na avaliação trienal da CAPES se professores – e professores associados em coautoria a seus orientandos – vêm publicando em revistas A1, A2 e B1, sendo as demais progressivamente menos importantes até o ponto de não serem contabilizadas como publicações que valorizem o Programa. Em outras palavras, um artigo publicado numa revista A1 vale mais do que uma dezena publicada em periódico qualificado, por exemplo, como B5.

Os critérios admitidos pela CAPES para orientar a elaboração de cada *ranking* pelos Comitês de Área seguem os praticados pelos principais indexadores internacionais de periódicos acadêmicos. Esses indexadores, como o Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), o Scopus (*SciVerse Scopus*) e o JCR (*Journal Citation Report/Web of Science/Science Citation Indexes*), estabelecem padrões e procedimentos editoriais fundamentados em regras que atribuiriam, em princípio, maior *rigor* e *cientificidade* às publicações. Fazem parte dessas regras, questões formais (recomendações para a editoração do texto, inclusão de resumos e palavras-chave em português e inglês, explicitação das regras editoriais para colaboradores, entre outras) e itens relacionados à composição do corpo editorial, à procedência do conteúdo da revis-





ta, à sua periodicidade, ao seu formato e ao procedimento de avaliação dos artigos recebidos – quesitos que são, aqui, importantes de se detalhar.

Índices como o Scielo e o Scopus recomendam que o corpo editorial de um periódico seja formado por pesquisadores reconhecidos na área de conhecimento em que se enquadra a publicação, com o cuidado de que sejam de instituições distintas daquela em que se edita a revista, incluindo universidades e centros de pesquisa estrangeiros. Quanto aos artigos, vale regra semelhante, pois se exige que não mais do que 15% dos artigos (para revistas A1) sejam de autoria do próprio grupo editor da revista; o descumprimento dessa determinação levaria o periódico a ser classificado como *endogênico*, ou seja, fechado em si mesmo. Essa avaliação tem, com será comentado adiante, o peso de um *veredito* a atestar a suposta falta de *cientificidade* e de compromisso com a *imparcialidade*.

No que diz respeito à periodicidade, há uma recomendação geral para que ela seja trimestral, ainda que se tolere a semestralidade e, para casos específicos como as publicações e inventários de grandes associações de pesquisa, a anuidade. Outras periodicidades, assim como os atrasos – se a revista estiver com o número atual defasado – pesam negativamente na aceitação do periódico nos indexadores, afetando diretamente sua classificação pelos Comitês de Área da CAPES. Sobre o formato, há forte incentivo para a publicação eletrônica, em detrimento da impressa, sob a justificativa de possibilitar a mais ampla distribuição de conteúdo. As revistas que são impressas precisam, ao menos, disponibilizar o material completo por meio de sistemas como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), elaborado pelo Instituto Brasileiro de



Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência e Tecnologia<sup>1</sup>.

Por fim, os indexadores determinam que a modalidade adequada para a avaliação das propostas de colaboração recebidas é a *peer review*, ou *revisão por pares*. Esse sistema exige que se estabeleça um formulário de avaliação a ser preenchido anonimamente por acadêmicos previamente convidados a compor o grupo de pareceristas do periódico. Ainda que não haja um formato rígido para esse formulário, ele costuma conter espaços para comentários por extenso, além de uma seção que, com variações, contém, referentes ao artigo, as opções “aprovado”, “aprovado mediante modificações” e “negado”. É praxe que os editores solicitem dois pareceres que, em caso de contradição, podem ser confrontados a um terceiro parecer de desempate. Os pareceres devem ser, seguindo as recomendações do Scielo e do Scopus, anônimos tanto para o parecerista quanto para o autor do artigo; ou seja, quem avalia não sabe de quem é o artigo, e quem escreve não sabe quem o avaliou.

A aprovação de um artigo pela revista gera uma nota de aceite que já é tida como documento suficiente para que o autor comprove a futura publicação junto ao seu Programa de Pós-Graduação ou Departamento Universitário. Os professores, então, computam esses aceites em seus Currículos Lattes que servirão de base, no final do ano letivo, para gerar o relatório do Coleta-CAPES. Como as publicações de artigos têm pesado muito nessa avaliação dos Programas, suas coordenações e professores têm sido pressionados a buscar esses periódicos bem avaliados, aumentando a competição num limitado universo de revistas.

Uma leitura dos quesitos considerados pelo Comitê de



Área de Política e Relações Internacionais ou o de Sociologia – áreas principais de avaliação da **verve** – mostra como a adequação anterior a indexadores como o Scielo possibilita aos membros desses Comitês procederem à sua própria atribuição de conceitos no *Qualis* dessas áreas. Em outras palavras, esses Comitês de Área admitem que os critérios previamente estabelecidos por alguns indexadores cumprem com aquilo que se espera de um periódico científico e utilizam a adequação da revista a tais indicações como os seus próprios elementos de avaliação e *qualificação*. Assim, uma revista aceita num indexador bem querido pelos Comitês de Área cumpre com as condições necessárias para sua *qualificação*; ao mesmo tempo, aqueles que não se conformem aos padrões de indexação não deixarão de ser avaliados, mas serão admitidos em categorias de baixo valor (B2 para baixo). Uma má avaliação pelo Comitê de Área implica, então, em um conceito pouco prestigioso para a revista (B3, B4, B5 ou C) o que torna os artigos nelas publicados de pouca – ou nenhuma – valia para seus autores em termos de comprovação de produtividade. A atualização 2012 do *Qualis* para a Área de Ciência Política e Relações Internacionais, por exemplo, fixa que as revistas A1 e A2 serão aquelas previamente aprovadas na base Scopus, enquanto as B1 serão as aprovadas no Scopus ou no Scielo. Da categoria B2 para baixo, estão os demais periódicos fora desses indexadores, conforme estabelecido no *Comunicado nº 001/2012* desse Comitê, publicado em fevereiro de 2012<sup>2</sup>.

Esse mesmo *Comunicado* informa que, juntamente aos critérios de avaliação dos indexadores, foi levado em consideração o “fator de impacto” de um periódico. No caso das revistas estrangeiras, esse “fator” seria calculado como



a quantidade e frequência de citações de seus artigos realizadas em periódicos de todo o mundo; enquanto para as revistas brasileiras, o *impacto* será medido pelo “percentual de artigos com participação de autores estrangeiros”<sup>3</sup>. A decisão do Comitê visa aferir o quanto um determinado periódico é lido e referenciado internacionalmente, reputando, daí, sua importância na sua área acadêmica. Para essa busca e definição, o Comitê elegeu dois bancos de dados internacionais especializados no rastreamento de citações, o *Scientific Journal Rankings* (SJR) e o antes mencionado, JCR.

Por fim, um comentário sobre o que o *Qualis* entende como *adequado* para figurar num periódico acadêmico. Dentre as inúmeras possibilidades e formatos de conteúdo, os critérios estabelecidos pelos Comitês de Área reconhecem que são os *artigos científicos originais* a modalidade fundamental de itens publicáveis a ser avaliada. Isso significa que devem ser considerados para avaliação os artigos oriundos de pesquisas em andamento ou concluídas, formatados nos parâmetros metodológicos aceitos pela comunidade acadêmica, e que tragam reflexões originais para o seu campo de conhecimento<sup>4</sup>. Outros formatos como resenhas de livros, entrevistas, ensaios, registros artísticos (fotos, gravuras, ilustrações), textos artísticos (poema, prosa, dramaturgia), textos traduzidos (contemporâneos ou antigos) não devem entrar nos elementos avaliáveis. Com isso, os avaliadores esperam determinar critérios objetivos e imparciais para avaliar todas as publicações científicas que lhes sejam submetidas a juízo.

Com esses parâmetros, o Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais constituiu, em 2009, uma Comissão para a revisão a atualização do *Qualis*, formada



**verve**, única

pelos professores André Marrenco (UFRGS, coordenador), Rafael Duarte Villa (USP, coordenador-adjunto), João Feres (IESP/UERJ), Norma Breda (UnB) e Telma Menicucci (UFMG), que publicou seus resultados em fevereiro de 2012, concomitante ao *Comunicado 001/2012* citado acima. Nesse documento, a Comissão explicita seus critérios parametrados nos indexadores Scielo e Scopus e nos medidores de “impacto” JCR e SJR, além de apresentar tabelas e gráficos que ilustram o processo e os resultados da avaliação. Os periódicos avaliados por esses critérios foram classificados conforme os conceitos de A a C, formando novo *ranking* que, em princípio, perdurará até a próxima avaliação a ser publicada em 2015. As notas das revistas dessa Área – e das demais – podem ser consultadas por um sistema de buscas da CAPES chamado *WebQualis*<sup>5</sup>. Nele, ao se informar o número de ISSN ou o nome do periódico, o sistema apresenta uma relação das notas e Áreas de Conhecimento nas quais uma revista tenha sido avaliada (e uma revista pode ser avaliada em muitas Áreas de Conhecimento).

A revista **verve** é avaliada, além das mencionadas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais e Sociologia, nas categorias “Educação”, “Interdisciplinar”, “Psicologia”, “Filosofia”, “História”, “Ciências Sociais Aplicadas I” e “Direito”. Essa variedade corresponde à procedência dos autores que publicaram na revista e que, sendo de Programas de Pós-Graduação desses campos, registraram sua produção acadêmica em cada uma dessas áreas. As áreas específicas de avaliação de **verve** são, no entanto, *Sociologia* (rubrica na qual se inscreve o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, onde se situa) e *Ciência Política e Relações Internacionais* (onde os pesquisadores do



Nu-Sol estão classificados por seus interesses de pesquisas, além do vínculo formal com a área de concentração em Ciência Política do PEPG-Ciências Sociais da PUC-SP). Nessas duas áreas, com avaliações atualizadas em 2012, **verve** aparece como B5.

No *Comunicado 001/2012* da Comissão de Ciência Política e Relações Internacionais, um periódico B5 é classificado como aquele “publicado por instituição de pesquisa, Pós-Graduação *stricto sensu*, sociedade científica nacional ou internacional, com revisão por pares”<sup>6</sup>. Já no Documento de Área de 2009, a classificação B5 é mais sumária, mas nem por isso, menos significativa: diz o documento que “serão classificados como B5 os periódicos que atendam critérios mínimos estabelecidos acima”<sup>7</sup>. Esses critérios são os elencados nas demais categorias “B” e dizem respeito à indexação nas bases de dados internacionais e ao item da *endogenia*. De um periódico na categoria imediatamente acima (B4) seria exigido “pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume”<sup>8</sup>. Esse critério já o aproximaria de uma avaliação exitosa, por exemplo, no Scielo.

No entanto, revistas classificadas nessas categorias finais (B4 e B5) não foram aceitas por indexadores como o Scielo e, menos ainda, por outros mais exigentes como o Scopus. Ao ser catalogada com B5, o último estrato para uma revista publicada por um programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, **verve** fica legada à mais desprestigiada categoria possível para uma revista acadêmica (sabendo que para categoria C sequer se exige vínculo com programa de Pós-Graduação). Desse modo, o *juízo* transmitido aos *pares* é o de que **verve** não atenderia minimamente os critérios de serieda-



verve, única

de, impacto, padronização e competência que se espera de revistas *científicas*. Assim, colaborar com **verve** seria uma perda de tempo e esforço, uma vez que, em termos de Currículo Lattes e Coleta-CAPES, um artigo nela publicado não *valeria nada*. Se os parâmetros de *qualidade* e *excelência* são esses, os juízes não se equivocam.

Esse texto não é um *artigo acadêmico*, mas uma intervenção urgente nesses tempos modorrentos nos quais **verve** completa dez anos. Por isso, não tem resumo, palavras-chave ou *abstract*. Está aqui, como está **verve**, para problematizar, atíçar e ser lido. **Saúde!**

## Notas

<sup>1</sup> Disponível em: [http://seer.ibict.br/index.php?option=com\\_mtree&Itemid=109](http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109) (acesso em: 10/01/2012).

<sup>2</sup> Os critérios detalhados para cada categoria estão definidos no *Comunicado n. 001/2012 – Área de Ciência Política e Relações Internacionais /Atualização do WebQualis da Área*. Brasília, Ministério da Educação/CAPES/Diretoria de Avaliação, Fevereiro de 2012, pp. 04-05. Disponível em: [http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2010\\_2012/Criterios\\_Qualis\\_2011\\_39.pdf](http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2010_2012/Criterios_Qualis_2011_39.pdf) (acesso em 13/01/2012).

<sup>3</sup> Idem, p. 01.

<sup>4</sup> Cf. *Documento de Área Ciência Política e Relações Internacionais*. Brasília, Ministério da Educação/CAPES/Diretoria de Avaliação, 2009. Disponível em: [http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007\\_2009/Criterios\\_Qualis\\_2008\\_39.pdf](http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007_2009/Criterios_Qualis_2008_39.pdf) (acesso em: 13/01/2012).

<sup>5</sup> Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/> (acesso em: 09/02/2012).

<sup>6</sup> Comunicado 001/2012, op. cit., p. 05.

<sup>7</sup> *Documento de Área Ciência Política e Relações Internacionais*, 2009, op. cit., p. 05.

<sup>8</sup> Idem.

